

Cardoso decide limitar reforma administrativa

■ Medidas iniciais serão restritas ao núcleo do Planalto. Enxugamento da máquina federal ocorrerá durante os 4 anos de mandato

Brasília — Josemar Gonçalves

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso decidiu criar um órgão permanente para promover a reforma administrativa ao longo de seus quatro anos de mandato. As discussões com a equipe de transição concluíram que é politicamente inviável fazer uma reforma administrativa ampla no início do governo. "Optou-se por uma reforma que não será tão grande, evitando-se tumultos, mas de tamanho adequado para sinalizar o caminho", comentou um assessor de Cardoso.

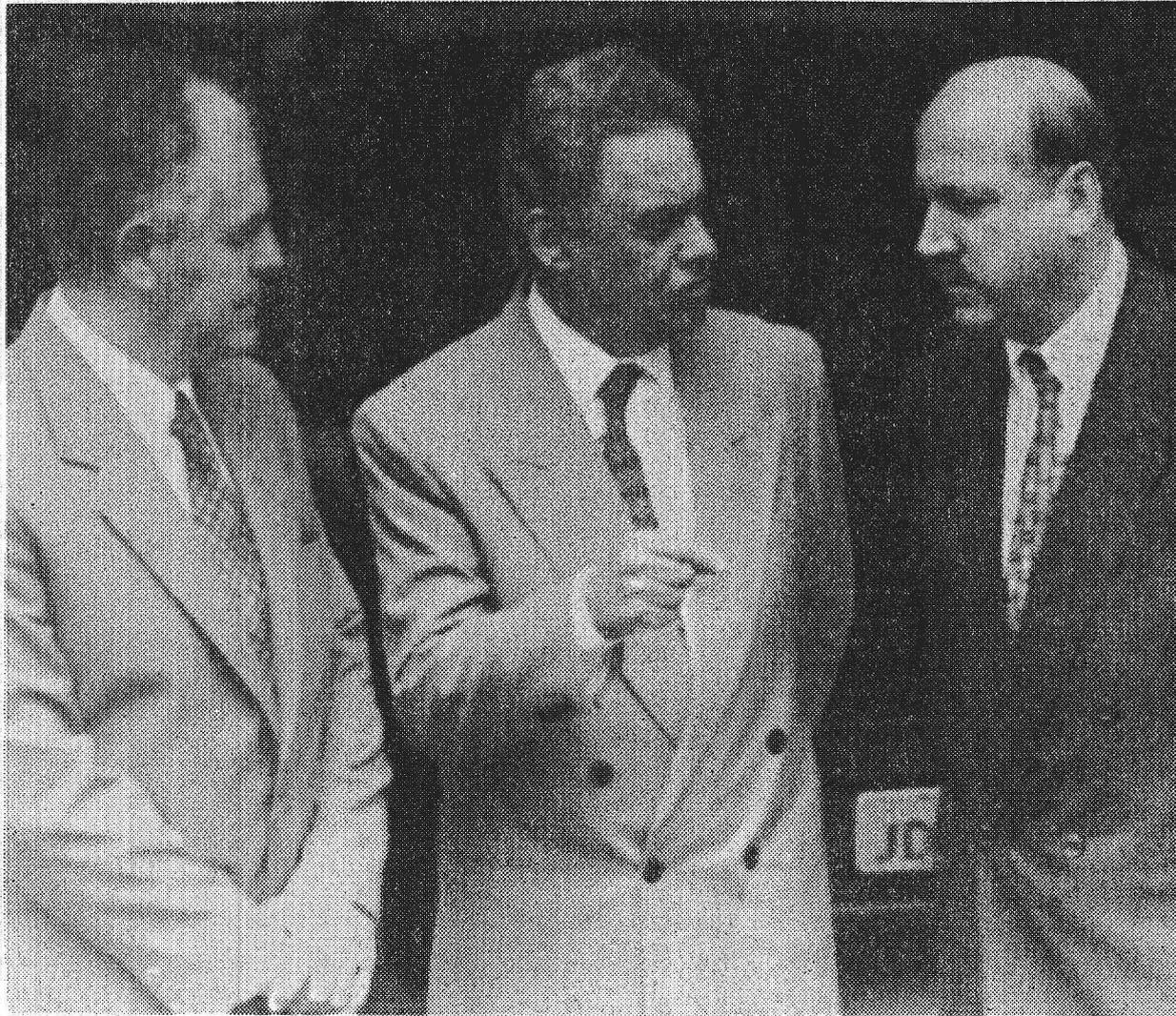
As maiores mudanças previstas para a fase inicial do governo vão ocorrer na estrutura do Palácio do Planalto. A Presidência da República ficará equipada com as condições consideradas indispensáveis para garantir ao presidente o controle político e administrativo do governo. O modelo, que já está delineado, inclui, além da Secretaria Geral da Presidência e da Casa Civil, a Secretaria do Planejamento e, provavelmente, uma Secretaria de Governo, para cuidar das questões políticas.

Os ocupantes desses cargos "não terão voto político independente", segundo um assessor do presidente eleito. Eles serão assessores, instrumentos para que Fernando Henrique exerça as tarefas de coordenação.

Projetos — A Casa Civil, em princípio, ficará encarregada de cuidar da preparação jurídica das medidas do governo e do acompanhamento legislativo dos projetos de interesse do Executivo. Com essas incumbências, especula-se na assessoria do presidente eleito, que o cargo tenha sido desenhado para o tamanho do ex-chefe de gabinete de Cardoso no Senado, Eduardo Jorge Caldas.

A Secretaria do Planejamento será responsável pela coordenação gerencial da ação ministerial e da execução do programa de governo, além de cuidar do Orçamento da União. Outra importante atribuição será a tarefa de garantir a unidade administrativa do governo.

Os conselhos, que já existiram na estrutura do Planalto, voltariam como instrumentos de ação do secretário de Planejamento. Justa-



Pimenta, Cardoso e Luiz Henrique conversaram durante uma hora: PMDB não quer uma simples adesão

mente por ser uma tarefa delicada politicamente é que Fernando Henrique tem fortalecido ao máximo, já agora, na transição, o economista Paulo Renato Souza, que será o titular do cargo. Seu perfil, de acordo com assessores próximos do presidente, é o mais adequado para o cargo, que precisa de alguém que não tenha conflitos com os demais ministros.

Na estrutura do Palácio do Planalto, só falta definir quem tratará com os políticos. Há duas hipóteses. A primeira é a de que a Casa Civil exerça a função e, neste caso, adquirira um status maior do que o desenho inicial. A segunda é a criação de uma Secretaria de Governo, nos moldes da que funcionou no final do governo Collor, e que cuidaria da área política.

Coordenador — Mesmo que a segunda proposta prevaleça, os assessores de Cardoso fazem ques-

ção de deixar claro o tamanho do cargo. "O coordenador político do governo será o Fernando Henrique, ele está muito cioso disso", resumiu um interlocutor. Assim, caberia a um secretário de Governo receber, conversar e fazer os contatos preliminares com os políticos.

Depois de ter acenado com uma radical e drástica reforma administrativa no início da campanha eleitoral, quando chegou a admitir governar com uma dúzia de ministérios, Fernando Henrique desistiu de grandes mudanças no início de sua gestão. "A reforma será feita com cautela", comentou um membro da equipe de transição. A ideia é de que o fim dos ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional, e também da Legião Brasileira de Assistência seria o suficiente para mostrar a disposição do novo governo. "Estas decisões si-

nalizam contra o fisiologismo e a corrupção", resumiu um assessor.

A proposta que vinha sendo discutida e que previa o fechamento dos ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e da Cultura, áreas que teriam tratamento em secretarias de outros ministérios, foi deixada de lado neste momento. O presidente eleito está considerando esta solução muito inconveniente do ponto de vista político. Essas pastas seriam distribuídas, num dos estudos, entre os ministérios da Educação, que absorveria Ciência e Cultura, e da Indústria e Comércio, que absorveria Tecnologia e Meio Ambiente. "Isto provocaria muitos problemas políticos. O próprio Fernando Henrique já disse que toda vez que um ministério é extinto a leitura que se faz é de que aquela área não tem importância", comentou um assessor de Cardoso.